|  |
| --- |
| **AUDIÊNCIA PÚBLICA**  **COMISSÃO DA VERDADE**  **PRESIDENTE**  **DEPUTADO ADRIANO DIOGO - PT**  **19/03/2014** |

**COMISSÃO DA VERDADE**

**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**

**19/03/2014**

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 117ª audiência pública, 19 de março. Hoje é 19 de março de 2014, plenário Dom Pedro. Está instalada a 117ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, no dia 19 de março, plenário Dom Pedro, para oitiva de depoimentos dos casos Manuel José Nunes Mendes de Abreu, Eduardo Antônio da Fonseca, Antônio Sérgio de Matos. Formação da mesa: Amélia Teles e Suzana Lisboa.

Bom, Amelinha, faz aí a introdução, por favor. Com a palavra, Amélia Teles.

**A SRA. AMELINHA TELES -** Hoje, essa audiência vai tratar de três militantes que eram da ALN, Ação Libertadora Nacional, que é o Antônio Sérgio de Matos, Eduardo Antônio da Fonseca e o Manuel José Nunes Mendes de Abreu. Esses três militantes, eles, muito jovens, né? Eles atuavam aqui na cidade de São Paulo, um é de Portugal, o outro é de Belo Horizonte e o outro acho que é do Rio de Janeiro, né? O Antônio Sérgio de Matos. Mas, eles estavam aqui atuando e eles foram mortos numa emboscada, que ficou conhecida como a emboscada da rua João Moura.

E a Suzana Lisboa, ela tanto foi militante da Aliança Libertadora Nacional, como também foi integrante da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos que pertence à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. E ela então vai relatar esses três casos para a nossa Comissão, para a Comissão Estadual da Verdade. Mas eu queria lembrar hoje...

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Só dá uma rememorada do que foi a emboscada pra... a Suzana, a Suzana...tá?

**A SR. AMELINHA TELES -** Não, isso aí a Suzana vai colocar, porque isso aí é uma emboscada e até parece que tem a intervenção, tem o apoio de uma empresa que deixa lá um...

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Um jipe, né?

**A SRA. AMELINHA TELES -** Um carro. Não. Tem um jipe do Exército na rua João Moura, que o jipe do Exército foi usado como ''atração'' para os militantes, né? Os militantes acharam que podiam fazer o jipe, mas tem o grupo de policiais e agentes do DOI-CODI e eles estão escondidos dentro de uma espécie de um caminhão-baú de uma empresa, e eu acho que isso aí a Suzana vai explicar melhor.

Eu só queria lembrar que hoje é dia 19 de março e é um dia de triste memória, não só pra cidade de São Paulo, como pra todo o Brasil. Nesse dia, 50 anos atrás, houve marchas com Deus pela família em diversas capitais do Brasil, pelo menos São Paulo e Belo Horizonte com certeza, acho que Rio de Janeiro foi um pouco depois, e essa marcha foi o prenúncio, digamos assim, foi a senha, para os golpistas darem um golpe no dia 31 de março de 1964, que a tragédia foi tão grande que até hoje nós estamos aqui tentando, investindo esforços no sentido de apurar os crimes cometidos pela ditadura militar.

Então, hoje, a gente não pode deixar de lembrar desse dia 19 de março e eu, nesse dia, sempre lembro que eu estava em Belo Horizonte, eu era metalúrgica, eu trabalhava na Companhia Siderúrgica Mannesmann, lá no Barreiro de Baixo, que era uma bairro da periferia de Belo Horizonte. E nesse dia, como eu vi todo mundo chamando pra essa marcha, eu falei assim: ''Eu vou dar um jeito de faltar no meu trabalho, pra eu ir ver como é que vai ser essa marcha'', porque eu não acreditava no que eles eram capazes. Mas, eu vi com os meus olhos, né? Sou uma testemunha ocular desse fato.

Eles realmente mobilizaram gente. Foi com o apoio da Igreja Católica, empresários, é... o Exército, claro! Mas a Igreja Católica que deu, digamos assim, a vestimenta, a roupagem, o cenário pra que essa manifestação que tinha quilômetros e quilômetros de mulheres, parecesse inocente, né? Parecia uma manifestação, até um certo ponto, uma manifestação político-religiosa. Era muito mais política do que religiosa. Mas, tinha na frente, eu me lembro bem, tinham padres que se vestiam como padres, né? Que eles usavam uma roupa, né? Antigamente eles usavam um tipo de roupa muito característica da religião e eles iam, inclusive eles com... assim, jogando fumaça ali na frente.

Mas contra a reforma agrária, contra o Jango, era contra o Jango. E as mulheres brancas, de classe média, ricas, estavam na frente. Mas o povão, eram mulheres negras, mulheres pobres, mulheres faveladas. Isso eu vi com..., assim, é o que me deu mais tristeza de ver que as mulheres estavam sendo enganadas, completamente enganadas com a intervenção dos golpistas, mas vestidos de defensores de Deus, e eram contra os comunistas, né? Porque ali faziam várias pregações contra o comunismo, contra os ateus e ali eles estavam com Deus e com a família, e os comunistas eram contra a família e eram ateus. Eles chamavam a atenção, quer dizer, tinha um conteúdo ideológico desse tamanho e o que que foi? Dez dias, onze dias, veio o golpe militar, então eu acho que o dia 19 de março a gente não pode esquecer.

Dezenove de março de 1964, que tem 50 anos, não pode passar sem ser pelo menos mencionado aqui na Comissão da Verdade. Como é que se deu esse Golpe, né? Como é que se preparou esse Golpe, porque esse Golpe sempre está no ar, ameaçando, né? Agora nós estamos ouvindo aí falar de 22 de março e todo mundo... e o que que faz lembrar? Faz lembrar o 19 de março, né? Então eu queria lembrar desse momento, dessa situação, desse fato.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Suzana. Suzana Lisboa, vamos lá.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Bom, bom dia a todos e todas mais uma vez. Fico grata de estar aqui e poder resgatar mais um pedaço da história dos que deram a vida pela liberdade neste país.

A emboscada da rua João Moura, assim que ficou conhecida, aconteceu em 23 de setembro de 1971.

Vou falar um pouco, primeiro, de quem foi cada um dos que ali morreram. Foram quatros pessoas que caíram na emboscada, três homens e uma mulher, e a mulher fugiu. Foi assassinada depois.

Então, ali estavam Antônio Sérgio Matos, que é o carioca, nascido em 18 de fevereiro de 1948, filho de Armando Matos e Maria de Lourdes Pereira Matos. Ele estudava Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro quando iniciou a sua militância política no agrupamento chamado Movimento de Ação Revolucionária - MAR. Ele fazia parte da Associação de Auxílio aos Reclusos, que prestava assistência aos presos políticos. Em maio de 1969 ele colaborou com a fuga de presos políticos da penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro, e a partir daí ele foi obrigado a ir pra clandestinidade porque ele foi identificado como tendo auxiliado nessa fuga. E aí, no final de 1970, ele se mudou para São Paulo e acabou virando dirigente regional da ALN.

A dona Maria de Lourdes, mãe dele - conheci muito ela na nossa história e na sua tentativa de defesa e resgate do filho que ela dizia que era mãe de um herói, mas que ela não queria ser mãe de um herói morto, que tinha sido assassinado por um brasileiro como ele. Ela faleceu em 2004, ela tinha 82 anos. O Antônio Sérgio foi enterrado como indigente no cemitério Dom Bosco, em Perus, e quando a família soube, ele já tinha sido enterrado. Ele só foi retirado em 1975 e trasladado para o Rio de Janeiro e foi sepultado no sítio da família em Macaé.

O Eduardo Antônio da Fonseca, nascido em fevereiro, dia 23 de fevereiro de 1947, em Belo Horizonte, filho de Joaquim da Fonseca Júnior e Lucinda Miquelina Braga. Era casado com Walderez Nunes Fonseca, é uma companheira que foi depois presa política aqui e que hoje em dia mora em Goiás, em Goiânia. Ela é professora, já foi secretária de educação do Município, e aí eles foram casados. Depois que ele foi morto ela continuou aqui na militância e foi presa junto com o José Júlio de Araújo no dia 18 de agosto de 1972, aqui em São Paulo. O José Júlio foi assassinado sob torturas e a Walderez sobreviveu a tudo isso.

Em 1968, o Eduardo Antônio da Fonseca era secundarista quando se ligou ao Partido Socialista Revolucionário Brasileiro. Esse grupo mineiro se desfez em 1969 e o Eduardo se filiou à Corrente de Minas Gerais. Depois, como a maior parte dos militantes da Corrente se integrou na ALN – Ação Libertadora Nacional, ele, no final daquele ano, também se mudou para São Paulo integrado na Ação Libertadora Nacional.

O Manuel José Nunes Mendes de Abreu, nascido em 1º de janeiro de 1949, em Rossio do Sul, Tejo, Portugal. Filho de José Pereira de Abreu e Dulce Souza Mendes de Abreu. Ele estudou engenharia na Politécnica da USP, onde se engajou no movimento estudantil e depois na militância clandestina.

Essa é a história de cada um deles. E quem sobreviveu à emboscada foi Ana Maria Nacinovic Corrêa, que estava dentro do carro, chegou a se envolver no ocorrido, e é dela o relato que nós tivemos na época sobre o que realmente aconteceu.

Os órgãos de Segurança montaram uma emboscada ali na rua João Moura, pegaram um jipe do Exército e botaram um soldado displicentemente parado, como se o jipe estivesse estragado, e em torno montaram uma grande emboscada.

Outros militantes da ALN passaram por ali e chegaram a ver a emboscada. O Antônio Carlos Bicalho Lana foi um que comentou: ''Eu passei por ali e vi. Olha o que eles estão fazendo!'', que é bem esse período, que a gente até já comentou, de mudança nas ações dos órgãos de Segurança em São Paulo. Eles passaram a tentar atrair os militantes das organizações pra determinado tipo de ação e também passaram à política do seguimento e, eu acho, intensificar as infiltrações.

O grupo em que estavam os quatro militantes da ALN resolveu atacar o jipe do Exército e dali retirar armas para a luta revolucionária e, assim que eles chegaram perto do veículo, eles foram alvos de um tremendo contingente e cerco que, por incrível que pareça, o grosso dos agentes saía de um carro baú, ali estacionado, da "Folha de São Paulo". Esse é um dos momentos em que há participação direta da empresa "Folha de São Paulo" no assassinato de militantes da ALN. Essa informação foi dada pela Ana Maria à direção da ALN e eu na época convivia aqui em São Paulo, vivia aqui e ouvia essa informação dos dirigentes da ALN, não da Ana Maria. Mas não há a mínima dúvida de que foi de dentro do carro baú da "Folha de São Paulo" que os agentes saíram pra matar os três militantes da ALN.

A Ana Maria consegue fugir da confusão do cerco. Assim que ela vira a praça vinham vindo em direção à praça um número bem maior de agentes e ela grita: ''Moço, moço, um tiroteio'', e consegue passar. Eles acabam não se dando conta que ela é que estava ali.

Nos documentos do DOPS eles falam em cinco pessoas, em alguns, né? Mas, eu creio que é só uma forma de criar algum tipo de desinformação desnecessária. A Ana Maria foi executada, foi assassinada, depois, no dia 14 de junho de 1972, junto com outros militantes e dirigentes da ALN, aqui em São Paulo, ali na Mooca.

A versão oficial era de que os três foram mortos no local tentando assaltar o jipe e, apesar das proporções dessa ação e desse tiroteio, com três mortos, não houve perícia de local, que é uma coisa extremamente estranha e significativa, porque quando não há perícia de local dificilmente as pessoas foram mortas na rua.

Eu nunca consegui uma testemunha que tenha ficado até o fim, ou que tenha assistido ali na região esse tiroteio, que nos dissesse como foi. Porque, tão perto do IML, se realmente tivessem ficado os corpos ali no chão, eles não teriam demorado duas, três horas para serem levados para o IML sem que fosse feita a perícia de local. Então, quando nós começamos a examinar os casos pra apresentação pra Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos, do governo federal, nós nos ativemos à situação concreta dos laudos que foram feitos na época e as fotos de cada um. Então as primeiras contradições surgiram nos próprios documentos oficiais.

O Antônio Sérgio Manuel é..., foram encontrados mortos às 16 horas e o Eduardo Antônio da Fonseca às 15 horas, então, a gente já não sabe exatamente em que horário ocorreu esse tiroteio, porque essa informação eu não guardei do que foi dito na época pela Ana Maria. Então, que horas eles chegaram ali, como foi, infelizmente esse tipo de detalhe na época não ficou guardado. Pelo menos não por mim, não sei se algum outro militante da ALN, que possa estar assistindo, tenha talvez essa informação.

Do corpo do Manuel José Mendes de Abreu, eu trouxe as fotos que nós resgatamos nos arquivos do IML e, tudo isso, o pouco que a gente pode ver, é identificado na foto.

A foto do Manuel - não sei se tem como mostrar a foto dele morto depois –, não? As fotos estão aqui.

Bom, os laudos são extremamente sucintos, né? Praticamente sem nenhuma informação. O que é mais impressionante nesses laudos que foram feitos na época é exatamente a falta de informações, eles não descrevem...

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Pede pra eles darem o close. Vivian, pega você e dá o close pra ele pegar a imagem, ele e o Danilo. Eu não tenho como apoiar aqui. Vê uma distância que eles consigam enxergar.

**A SRA. AMELINHA TELES -** Atrás tem o nome de cada um.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** É, são os três.

Todas as requisições de exames foram assinadas pelo delegado do DOPS, Alcides Cintra Bueno Filho, e os laudos são do Isaac Abramovitc e do Antônio Valentini e de tal forma eles não conseguem esclarecer.

No laudo do Manuel José...

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Eu acho que aí vai dar reflexo, viu? Tenta fazer um close bem feito, pra formar imagem, aí o Danilo também pega lá na dele.

Isso!

Ah, aí apoiar assim, né? Desculpe.

Não põe em cima da mesa, porque aí vai aparecer o telefone, vai aparecer tudo.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Bom, o Manuel José, ele tem..., além de ter evidentes escoriações e marcas no rosto, nós só temos...

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Eles chegaram a ser presos ou eles foram executados?

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Nós não sabemos. Eu parto do princípio de que eles não morreram ali, primeiro porque não houve a perícia de local, pra um caso desses, acho muito estranho. Teria que ter perícia de local se eles foram assassinados em volta de um caminhão do Exército cometendo uma ação. Se eles foram realmente assaltar esse jipe e tivessem morrido no local, teria que ter tido perícia de local.

Não houve perícia de local apesar dos corpos terem ficado de três a quatro horas ali, a 10 minutos do Instituto Médico Legal. Então, eu parto do princípio de que talvez eles não tenham morrido ali, até porque...

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Aonde foi lá na João Moura? Em que altura?

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Na altura da praça.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Lembra o nome da praça?

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Ah, eu chamo de praça da João Moura. É na altura do número 2358.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Lá na Vila Madalena já, né?

**A SRA. SUZANA LISBOA -** É!

**A SRA. AMELINHA TELES -** Não, não é não! É pro lado de Sumaré, ali.

**O SR. ADRIANO DIOGO – PT -** É lá pra cima perto da...

**A SRA. SUZANA LISBOA -** É Sumarezinho ali, né?

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** A Benedito Calixto é a Lisboa. A João Moura, sabe lá onde é? É lá em direção à Vila Madalena, lá naquela praça enorme, lá onde mora o Paulo Caruso. Aquela praça enorme que é bem irregular.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** O Manuel, por exemplo, não tem tiros que poderiam ter ocasionado a morte dele imediata. Ele tem um tiro na mão, que é um tiro característico de defesa; quando você levanta a mão pra se defender. Então, esse orifício entra na face dorsal da mão direita e sai na face palmar. Ele leva um tiro assim, um tiro típico de defesa e que é considerado..., um tiro a curta distância, dessa forma, é um tiro de defesa. Ele tem um que entra nas costas e fratura a clavícula, que não provocaria morte imediata, a não ser que ele não tenha tido socorro, entendeu? Porque não pega nenhum órgão vital. Aparecem no laudo esses dois tiros e diversas escoriações no nariz, também é descrito no joelho direito, esquerdo, e a conclusão é que ele teria morrido por anemia aguda traumática.

Não há descrição no laudo de trajeto interno dos tiros, ou qualquer tipo de descrição que possa evidenciar a causa da morte. Ou deixaram ele sangrando ali no chão, entendeu? Que dificilmente eu acredito que tenha acontecido, senão eles teriam feito a tal da perícia.

E as equimoses que ele apresenta no rosto, elas, claramente, são lesões que foram produzidas em vida. Tem no queixo, na testa, essas lesões são características da produção em vida. Esse tiro que ele leva de cima para baixo assim, também pode ter sido, pelos meus poucos conhecimentos, já de ter olhado casos e laudos, que ele estivesse dominado e tenha recebido esse tiro. Então...

**SR. -** Tem saída?

**A SRA. SUZANA LISBOA -** A saída, sai no hemitórax, do lado esquerdo.

**SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Tiro de revolver ou tiro de arma...

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Ah, não. Isso não aparece.

Bom, em todos esses três casos, da mesma forma como a gente solicitou anteriormente, nós gostaríamos que fossem encaminhado pela Comissão do Estado Rubens Paiva, para que fosse feita análise pericial pela Comissão Nacional da Verdade, de cada um deles, porque isso não foi feito na época em que nós apresentamos os casos para a Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos. Então, esse encaminhamento formal, apresentando as fotos e os laudos aos peritos da Comissão Nacional da Verdade para que eles produzam o laudo referente a cada um.

No caso do Antônio Sérgio Matos, ele tem ferimentos lácero-contusos. Ele tem uma coisa que parece um gancho, eu não sei o que é aquilo. Ele tem uma coisa aqui, que vem do cabelo aqui, e que eu não sei o que significa aquilo. E ferimentos lácero-contusos não são ferimentos feitos por arma de fogo, né? E eles, necessariamente, para serem produzidos, eles têm que ter a proximidade do agressor com a vítima. Também não sei de que forma eles podem ter sido feitos. Eles são descritos no laudo como dois ferimentos lácero-contusos na face anterior e lateral direita do pescoço, interessando até a traqueia. Não sei se ele chegou a ser socorrido, porque aquilo que tem aqui no pescoço e aquele negócio que bota na...

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Na traqueia.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Na traqueia. Eu não sei o que é aquilo. A sensação é que é um gancho, entendeu? Eu muitas vezes olhei aquilo e me apavorei, e me assustei, porque parecia um gancho, que tenham pendurado ele naquele gancho... eu não sei. Eu acho horrível aquele gancho ali.

Ele tem outro tiro na perna direita e aí, esse sim, parece ser um tiro que poderia ter causado a morte. Um ferimento de entrada na face lateral direita do tórax, na altura do quinto espaço intercostal, que fraturou o sexto arco e provocou o ferimento lacerante no fígado e teve saída na região lombar direita. E tem outro ferimento também na panturrilha esquerda. Quer dizer, ele levou um tiro na perna para poder imobilizá-lo. Mas, não tem informações para poder imaginar como tenha sido, porque não tem a trajetória dos tiros, não tem a reconstituição interior, né? Não dá pra saber se ele foi executado, se ele foi morto no tiroteio, até porque, não mostra também se os tiros foram disparados à queima-roupa ou não. A foto mostra apenas o rosto e chama a atenção esses ferimentos lácero-contusos que não foram produzidos por arma de fogo. E tem também equimoses, né? Que são identificáveis como sinais de tortura. Tem no pescoço, na região mentoniana, na face interna do lábio, que foram provocados quando ele ainda estava vivo.

O Eduardo Antônio da Fonseca aparece como morto uma hora antes dos outros. O laudo de necropsia descreve quatro tiros nos órgãos inferiores. Ele tem um ferimento no sulco glúteo esquerdo, que depois de fraturar o fêmur e provocar ferimento na artéria femoral, saiu no anteromedial, saiu na coxa esquerda, na parte medial da coxa esquerda.

Ele tem escoriações que são mostradas - inclusive uma provocada por raspão de projétil de arma de fogo, mas que a gente não tem foto para ver, que é na fossa ilíaca -, tem um ferimento na perna esquerda e tem outro no glúteo direito que transfixou o rim e saiu na região lombar. Tem também contusão no terço superior da perna direita.

Segundo, na época, as informações que a gente teve de análise rápida dos legistas, nenhum desses tiros poderia ter causado a morte imediata, a não ser que tenha havido realmente a omissão de socorro. Estranho, né? Ele teve dois tiros na região glútea e dois nas pernas. Então, esses disparos já imobilizaram, impedindo a fuga, ou ele foi retirado dali e foi levado para algum lugar, ou não se sabe.

A diferença especificamente desse caso é que é o único que houve realmente uma emboscada em que os órgãos de segurança se prepararam para matar, eles se organizaram para matar. E fica mais estranho ainda saber que eles não tenham feito isso de forma contínua, realizando, por exemplo, a perícia de local, mostrando as armas nas mãos de cada um dos militantes que foi assaltar. Porque era uma ação de guerrilha, né? Então, eles poderiam ter mostrado o detalhe de cada um deles.

Deixa eu ver se eu pulei alguma coisa que eu pudesse dizer.

O que nós temos de documento é exatamente isso. Então os tiros, dados como de cima pra baixo alguns deles, os tiros de imobilização, o gesto característico de defesa, as lesões lácero-contusas que indicam alguma outra coisa. Aquele gancho, aquela coisa que tem ali no pescoço dele e que eu não sei do que se trata. Enfim, a natureza dos ferimentos, a demora inexplicável da chegada dos corpos no IML e com diferença de horários, ainda por cima; e isso também aliada à certeza de que muitos militantes feridos foram conduzidos para outros lugares e não para o hospital para ter atendimento médico, eles evidenciam que pode, de fato, ter ocorrido esse tiroteio. Se bem que eles nem chegaram a reagir. Segundo a Ana nos disse, eles nem tiveram tempo de se colocar dentro da ação. Mas, para mim, tenho fortes indícios de que um ou dois deles, pelo menos, permaneceram vivos, até a morte por um tempo que a gente não pode determinar, antes de morrer.

Eu acho que, talvez esses laudos que sejam apresentados - é... não é um laudo que eles chamam, é análise pericial dessa documentação sobre a morte de cada um deles -, possa talvez nos trazer mais informações. Mas, em princípio, eram essas as informações que eu teria para colocar.

**O SR. DARCY PASSOS -** O tiro que pega a femoral causa morte rapidamente. Até porque eu fiz a defesa, nomeado pelo juiz, num caso de moradores de rua do mercado. Quer dizer, uma facada na nádega é como esse tiro, pegou a femoral, esvazia como um pneu.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Que é o caso do...

**O SR. DARCY PASSOS -** Esse tiro na femoral, realmente ele pode provocar a morte rapidamente.

**A SR. SUZANA LISBOA -** Do Antônio da Fonseca, né?

**O SR. DARCY PASSOS -** Agora, o lácero-contuso é uma pancada de um instrumento que não é cortante. Então, poderia ser uma faca mal afiada. Porque o contuso é contundente, é batida, e o lácero é porque não corta. Não é corto-contuso. Se fosse, por exemplo, uma faca afiada seria corto-contuso, ou seja, cortante. É algo não afiado que bate, e duas vezes, né? Degola. Não ouso falar faca, espada, baioneta. Algo tendendo a... na Colômbia tinha, no México também *ininteligível.*

Então esse lácero-contuso realmente é um ferimento de índole mortal, é pra matar, é pra degolar. Até, quer dizer, pega do lado e vai até a traqueia, né? Porque aí cortou mais de um quarto do pescoço, lacerou. A batida não é que corta, a batida é que esmaga. Esmaga, lacera, pela batida. Um gancho...

**A SR. SUZANA LISBOA -** Não, eu não sei o que é aquilo que aparece aqui.

**A SRA. AMELINHA TELES -** Parece um gancho, mas é...

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Cadê as fotos?

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Deixa eu mostrar pra ele, aqui embaixo, se eu tenho uma foto maior.

**O SR. DARCY PASSOS -** Bom, mas isso não é objeção, é?

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Dá uma olhadinha, doutor Darcy.

**A SRA. AMELINHA TELES -** E me parece que ele tem alguma coisa, algum gancho enfiado aí.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Tem alguma coisa no pescoço dele que vai até o cabelo assim, aqui. Tem alguma coisa ali no cabelo. De lupa eu olhei.

**A SRA. AMELINHA TELES -** Um arame, né? Pode ser um cabo de aço, pode ser alguma coisa assim. Um cabo de aço, pode ser.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Ele entrou por aqui, assim? Um cabo de aço que entrou por aqui e saiu ali?

**A SRA. AMELINHA TELES -** Bom, mas eu queria colocar uma questão - Amelinha Teles, Amelinha Teles, assessora da Comissão da Verdade, - eu queria colocar uma questão: se existe essa informação de que o caminhão-baú é da "Folha de São Paulo", e parece que a informação vai até além, né? Porque parece que eles estavam dentro do caminhão, os agentes do DOI-CODI, escondidos dentro do caminhão e depois é que eles - quando eles veem os militantes próximos -, é que eles vão agarrar os militantes. Então, eu acho que, pode não ter a perícia local - que aliás esse é o problema que tá colocado pra... não é só pra emboscada da João Moura, está colocada pra várias situações onde temos os militantes políticos mortos não temos essa perícia do local - mas não é caso de fazer um requerimento pra "Folha de São Paulo" e pedir informações?

Porque é um veículo da "Folha de São Paulo", então, tem que se escrever para a "Folha de São Paulo", sabendo... porque aqui tem o endereço, é rua João Moura, número 2358, no dia 23 de setembro de 1971. Então, se informar com a "Folha de São Paulo" se estava lá o veículo. Esse veículo foi usado dessa forma? Vocês têm a perícia do local? Vocês fizeram boletim de ocorrência? Porque no mínimo esse veículo foi sequestrado pelos agentes e foi usado. Isso eu estou dizendo. Mas esse esclarecimento... porque existe muita denúncia da participação das empresas no apoio direto à repressão política, à tortura.

A "Folha de São Paulo"... sempre se levanta suspeita a respeito da "Folha de São Paulo". Então, é o momento dela vir esclarecer se ela fez isso ou não. Como é que foi em 1971? Porque ela tem seu histórico, né? Como é que ela atuava, o que ela fazia. Então, eu acho que aqui caberia. Eu e o Ivan, nós estivemos lá há mais de vinte anos. Nós estivemos nessa rua João Moura, nesse número, para saber o que tinha acontecido com esses três militantes da ALN. Mas, quando nós chegamos nesse local, ele mudou muito, mudou muito. Já não tinha mais a mesma... até parece que o número 2358, se não me engano, não existia mais, existia o... porque ali foram feitas casas maiores, acho que reuniram casas e fizeram casas maiores.

Hoje ali é um lugar ocupado por uma classe média, de média a alta, né? Média alta. Não sei como que classifica isso. E nós tocamos a campainha nos lugares próximos e geralmente quem atende é uma pessoa que trabalha na casa, não é a proprietária da casa, e as perguntas que nós fizemos foram para a pessoa que trabalhava na casa. E ela ia lá dentro - porque eles tinham muito medo de abrir a porta pra gente, várias pessoas ali, ali não é hábito de atender assim, na porta -, e perguntava lá pra pessoa e a pessoa mandava dizer que não morava nessa ocasião. “Em 23 de setembro de 1971 eu não morava aqui, eu adquiri esse imóvel depois”. Nós não conseguimos achar ninguém que morava ali mais, ou houve uma mudança ali naquele espaço. Arquitetonicamente você vê que houve uma mudança, e deve ter havido também dos moradores, né? Ou morreram, ou, enfim, venderam. Nós não conseguimos nenhuma informação. Então é difícil, eu acredito que voltar lá pra ter informações não é possível. Mas...

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT –** Danilo, dá pra abrir... tem computador? Dá pra abrir no google pra gente por na tela esse local mais ou menos.

**A SRA. AMELINHA TELES –** É João Moura 2358.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT –** Você que mora lá do lado, por favor.

Não, não tem computador?

**A SRA. AMELINHA TELES -** Fazer um ofício para a "Folha de São Paulo" e fazer essas perguntas, eu acho que pelo menos a gente busca chegar próximo à verdade, né? Porque tá sendo difícil chegar...

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Uma boa ideia.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Eu acho importante fazer esse ofício pra "Folha de São Paulo" e também para o Segundo Exército, porque foi um jipe do Segundo Exército que foi assaltado teoricamente nessa data, ver se eles têm uma referência sobre este fato. Até porque foi uma ação programada e planejada para chegar ao fim que chegou, né? Uma emboscada, ela foi planejada detalhadamente a ponto de pegar um jipe do Exército, um soldado que deve ter sido escolhido a dedo para enfrentar esse momento, né? De estar ali sozinho aparentemente, e um caminhão da "Folha" tipo baú, entupido de agentes lá dentro. Fora o resto do cerco que devia estar montado.

**O SR. DARCY PASSOS -** Há um B.O.?

**A SRA. SUZANA LISBOA –** Não, nós nunca achamos nada que se referisse nem a...

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT –** Fala no microfone, professor, doutor Darcy.

**O SR. DARCY PASSOS -** O incidente com o jipe, pelas normas legais do Exército, deveria, no mínimo, ter provocado um inquérito militar, policial militar. Ou seja, um jipe terá sido atacado, na versão existente. Isso deveria ter tido uma repercussão legal dentro do Exército.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** O Exército, pelo que eu sei...

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Masacho que não tem que mandar para o Segundo Exército, acho que tem que mandar para o gabinete do ministro.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** É, pode ser. O gabinete do ministro que mande para o II Exército, é.

**A SRA. AMELINHA TELES -** É o ministro da Defesa, né? É.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** É, o Ministério da Defesa. É, o Amorim. Tem que mandar para o Amorim. Oficialmente.

A localização?

**SRA. AMELINHA TELES -** Aqui é o local, né?

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Deixa eu ver. É perto da praça Natingui, lá?

**A SRA. AMELINHA TELES -** Não tem mais o número 2358?

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Mostra o 2351.

**A SRA. AMELINHA TELES -** É, o 2351 está muito próximo. É porque houve uma readequação.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO -** Dá um giro na praça. Pega a João Moura e faz aquela rotatória.

Mas aí, você falou que era praça, Amélia? Não tem praça.

**A SRA. AMELINHA TELES -** Não, eu não falei em praça.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Era perto... Eu que falei que tinha uma praça ali perto.

**A SRA. AMELINHA TELES -** Eu fui na rua mesmo, procurar esse número.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** É lá na Vila Madalena, né?

**A SRA. AMELINHA TELES -** É indo ali. É Vila Madalena. Rumo ou Sumarezinho ou Vila Madalena, não sei como chama aquele lado.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** É numa praça ali perto, não sei que altura da praça.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Sei, e você está reconhecendo a casa aí? Tem uma escola aí como esse muro todo pintado.

**A SRA. AMELINHA TELES -** Não, foi tudo modificado. Eu me lembro, eu fui há mais de vinte anos. Mas, eu fui no número. Tanto que nós temos aqui marcado esse número.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Não, tá bom.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Esse número está nos documentos policiais, né?

**A SRA. AMELINHA TELES -** É, nós achamos lá.

**A** **SRA. SUZANA LISBOA -** No laudo do IML.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Qual é esse número que você está com a setinha? Que número é, Dan? Por favor. Eu não enxergo.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** 2351.

**A SRA. AMELINHA TELES -** É 2351, não é?

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Seria do outro lado.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Será que derrubaram a casa e já fizeram prédio?

Agora e no IML? Esse caso eu até quero aprovar lá na Comissão de Direitos Humanos, entende? Porque lá oficializa mais.

Tudo o que é pedido de IML, coisa de São Paulo, pode aprovar lá na Comissão porque dá mais legalidade, dá mais força de obrigação de responder.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Eu não me lembro se essas fotos são do IML ou se são do arquivo do DOPS, porque com a abertura da Vala de Perus, em 1990, depois nós conseguimos entrar nos arquivos do IML, quando a gente na época fez um... lacrou as portas do IML, porque eles estavam tentando destruir os arquivos, então, nós tivemos um tempo de conseguir pesquisar ali, então, algumas fotos nós achamos ali, outras nós achamos nos arquivos do DOPS. Eu não lembro mais se essas fotos são do IML ou do DOPS.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Tá. Então, viu Thaís e Vivian, e o Renan não está aí: tudo que for de IML, tanto aquele grandão que a gente pediu todos os arquivos, como dos casos específicos, aprovamos aqui, mas aqui não gera repercussão legal. Eles não têm obrigação, eles não levam isso aqui como comissão permanente. Mas, aprovando lá na Comissão de Direitos Humanos o mesmo requerimento, eles têm a obrigação de responder. Tem prazo, dá pra diligenciar, entendeu? Então, como nós vamos fazer, além de fazer o “geralzão”, vamos fazer o caso a caso.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Para a Perícia Técnica e para o Instituto Médico Legal.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Isso. Entendeu? Para a Perícia Técnica e para o Instituto Médico Legal.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** O geral já foi encaminhado ontem.

**A SRA. AMELINHA TELES -** O geral já foi.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** É, mais eu quero aprovar na Comissão de Direitos Humanos. Essa semana não vai ter Comissão de Direitos Humanos, na outra vai ter. Então tudo o que é caso específico, aprova caso a caso, requerimento a requerimento. Aí aprovando lá gera documento, eles têm obrigação de dar uma satisfação. E aí a gente pode marcar uma audiência lá no gabinete e levar esses pedidos em mãos, tá? Então, vamos pegar todos esses casos dessa semana, vamos pegar e vamos transformar em requerimento.

E tem que mandar para o Ministério do Exército, sem prejuízo de mandar para o Segundo Exército, né? Mas mandando para o ministro da Defesa.

Agora, precisava ir lá, no Arquivo também, né? Pegar esses casos.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Qual arquivo?

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Esse Arquivo do Estado.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** O Arquivo do Estado, o quê?

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Que é o arquivo do DOPS que tá guardado.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Ah, os arquivos do DOPS, a gente, em princípio, já...

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Tudo o que tinha já pegou?

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Em princípio, o que tinha no arquivo do DOPS, que a gente conseguiu ver, pegou. Sobre esses casos especificamente: o Eduardo Antônio da Fonseca e o Antônio Sérgio Matos, o arquivo do DOPS enviou, a pedido da Comissão, os documentos que teve. Eu examinei esses documentos. Mas, por exemplo, as fotos deles mortos não fizeram parte do que o arquivo do DOPS enviou para a Comissão Rubens Paiva. O que vieram foram extratos de depoimentos, documentos, tem os laudos, tem o atestado de... a certidão de óbito, mas as fotos deles mortos o arquivo do DOPS não mandou. Porque essa é uma solicitação que deveria ter vindo junto, né? Porque essas fotos existem no arquivo do DOPS, com certeza.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Mas não adianta. Lá no arquivo do DOPS, tem que ir lá. O que pede eles mandam muito mal. Tem que ir lá, sentar, pesquisar. Tem autorização pra isso.

E tem que fazer também o pedido para a Nacional periciar nos mesmos moldes que foi feito a pedido da Iara Xavier.

**A SRA. AMELINHA TELES -** Do Alex, do Iuri e do Arnaldo.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Do Alex e do Arnaldo.

Ontem ela postou na internet uma notícia que o DNA foi compatível. Que o DNA foi reconhecido. Que foi financiado pelo Ministério dos Direitos Humanos. Então, isso é importante: oficiar a Nacional.

**A SRA. AMELINHA TELES -** Eu queria fazer um esclarecimento sobre as fotos. Em relação às fotos, a origem delas é o Instituto Médico Legal. O Instituto Médico Legal recebe uma requisição de um delegado de polícia, não sei se é esse Alcides Cintra Bueno Filho, que já morreu. Ele já morreu, mas ele é quem encaminha e logo colocam um ''T'' de terrorista e ''FF'', que é fichado e fotografado. Nós custamos a entender o que que era, mas era fichado e fotografado.

Mas lá, no Instituto Médico Legal, foram raríssimas as fotos que nós encontramos. Nós não encontramos fotos lá. Na época em que nós fizemos a pesquisa, foi nos anos de 1990 e 1991. Quando nós, em 1992, entramos nos arquivos que eram Arquivo Público, que eram os arquivos do DOPS, nós encontramos essas fotos.

Essas fotos todas fomos nós que fizemos, nós fizemos inclusive uma a uma com uma máquina fotográfica que nós pedimos na época. Quem era - é até interessante -, quem era o diretor do Arquivo Público era o Fernando Casadei, que tinha sido militante político e tinha sido preso político. E ele autorizou que a gente fizesse essas fotos. Então, toda a foto que tem aí do Antônio Sérgio, do Manuel, é uma foto que nós fizemos e nós é que vamos reproduzir essa foto.

Nós compramos nessa época, era ainda filme, não era digital, era filme e papel, nós que compramos e ele autorizou. E foi sorte que era ele que era o diretor e depois era outro, que era *ininteligível,* que era o nome desse outro também que autorizava a gente a fazer essas fotos.

Hoje, nem a gente solicitando em nome da Comissão da Verdade - não é mais a Comissão de Familiares, porque a Comissão de Familiares sempre foi muito mal tratada em todos os espaços - e como nós não somos uma instituição e tão institucionalizada como a Comissão da Verdade, a gente...

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Faz como Comissão da Verdade. Por que ela faz essa comparação?

**A SRA. AMELINHA TELES -** Não, estou dizendo porque a Comissão da Verdade é da Assembleia, ela é institucionalizada e não conseguiu. Nós pedimos. Porque toda essa documentação foi solicitada para a diretoria do Arquivo Público Estadual de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Então, eu concordo com você. Só queria dizer o seguinte: o que que eu estou aprendendo a duras penas? Que mesmo a gente pedindo pela Comissão da Verdade não gera documento. O que gera documento aqui na Assembleia, que eles levam a sério lá na secretaria e no governo, é o que é aprovado pelas comissões permanentes, entendeu? Então, tudo o que a gente aprova aqui, se aprovar na Comissão de Direitos Humanos, gera repercussão. Entendeu? Gera documento, aí tramita.

**A SRA. AMELINHA TELES -** Vamos pedir pela Comissão e vamos ver se a gente tem essa documentação.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Tudo o que aprova de requerimento de órgãos estaduais, seja do Arquivo, Secretaria de Segurança, Instituto de Criminalística... aprovando na Comissão gera documento, entendeu?

Então, eu acho que a gente tem que tomar esse cuidado aqui, porque tem tempo, tem tempo. Eu acho que a gente deveria até fazer uma audiência da Comissão sobre esse assunto - trazer o Instituto Médico Legal, IC, toda essa área de criminalística e Arquivo do Estado, tudo -, fazer uma audiência e até ver se a secretária de Justiça vem, chamar toda a assessoria do gabinete do secretário, fazer uma audiência específica sobre a documentação pericial, criminalística.

Em relação à Nacional, eu acho que a gente também deve agir assim: pericial. Fazer uma consulta pra Nacional: baseado na experiência que houve, e que foi boa, da família Xavier Pereira, temos os seguintes casos; a Nacional vai periciar tais e tais casos em São Paulo? Fazer uma consulta por escrito.

E a última coisa que eu queria falar - já te dou a palavra, Suzana -, esse negócio que a Amelinha está sugerindo, eu acho que é um bom precedente, de a gente mandar para direção da "Folha", oficial... quer dizer, esse é talvez o caso mais rumoroso. Mas coisa de "Folha de São Paulo", de veículo - lógico que eles podem alegar que a frota era terceirizada, que o veículo poderia ter sido roubado, como aquele Puma do Riocentro foi roubado em São Paulo e ele apareceu no Rio -, mas eu acho legal fazer essa provocação.

Porque - eu nunca uso esse tipo de recurso -, no caso da minha prisão, o carro que estava na porta da minha casa era um carro-baú da "Folha de São Paulo", que ficou consertando eixo uma semana num borracheiro na porta do meu apartamento, por exemplo. É verdade isso, isso foi dois anos depois. Isso aí foi em 1971.

Então, era muito corriqueiro ter carro da "Folha", ou seja, naquela época eles usavam pequenos veículos pra transportar jornalista e o carro-baú pra distribuir, então era muito frequente ter carro da "Folha" envolvido em problemas de prisão, de assassinatos, era usual. Então, acho que é uma boa provocação.

Porque eu acho que devia mandar tanto para o setor de jornalismo da "Folha", por exemplo, pra coluna da Mônica, que diz que gosta de cobrir Comissão da Verdade - manda para a coluna da "Folha", ou para o Ombudsman, pra Ombudsman, oficial: “Estamos mandando para a direção da 'Folha de São Paulo', para esclarecer de vez esse negócio. No caso dessa ocorrência, que ocorreu na rua João Moura, no dia tal, tal, tal... os relatos da época dizem que foi um carro da 'Folha'”. Então, manda para a "Folha" e pronto, vamos limpar esse negócio. “O que a 'Folha' tem a dizer? O veículo foi roubado? A ação ocorreu à revelia da direção do jornal? Ou foi uma coisa... como é que é esse negócio? Esclareça”. Acho que é legal, porque gera documento, entendeu? E pode aprovar na Comissão de Direitos Humanos, também. O que aprova aqui, aprova na Comissão.

Agora eu insisto. Esse negócio de Instituto de Criminalística, tal, eu acho que deveria fazer uma audiência oficial da Comissão da Verdade, junto com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, para ter... Porque todo dia, viu Amelinha? Todo dia essa meninada mais jovem, que mexe com genocídio e tal, fala assim: “Por que que vocês não conseguem os atestados de óbito das chacinas, dessa mortandade mais recente?” Todo dia perguntam e eu me sinto ridículo, um imbecil de não saber.

Porque, quando a Rose Nogueira fez aquele trabalho com o CRM, dos Crimes de Maio, ataques às bases do PCC e aquela coisa toda, eles fizeram um levantamento enorme no IML e atestado de óbito a ouvidoria da Polícia tinha alguma coisa, mas é uma coisa que não aparece até hoje, os tais atestados de óbito da *resistência seguida de morte*. Então, acho que se a gente fizesse audiências, fizesse uma imersão nesse negócio, audiência e tal, não do presente porque abriria uma chave de investigação interminável, mas pegar esse período.

Esse negócio que a Amelinha fala: “Fomos lá na escola de polícia, vimos os arquivos, estavam jogados, mas só permitiram que a gente visse naquele dia...”, fazer disso um mantra e aprofundar, porque eu acho que seria uma boa contribuição que a gente poderia dar, entendeu? Documental. Trazer o pessoal do Arquivo. Bom, então, conclua Suzana, fique à vontade.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Eu queria falar três coisas: em relação à "Folha", acho que seria importante que nesse ofício constasse não só um pedido de informações, mas o que eles têm de registro nos seus arquivos fotográficos, sobre este fato, se eles têm registros deste episódio.

Outra coisa que eu acho que é importante esclarecer é que, desde o ano passado, nós fizemos - nós não fizemos por escrito, mas nós fizemos numa audiência com a Comissão da Verdade - uma solicitação de que todos os casos que nós temos fotos e documentos sobre a morte fossem submetidos à análise pericial dos legistas que lá se encontram. Na época, inclusive, era coordenador o Paulo Sérgio Pinheiro. Ele foi à Porto Alegre numa audiência da Comissão e eu fiz esse pedido oficial, porque estavam aguardando Celso Nenevê, o Mauro Yared e o Pedro, que são os peritos da Polícia Civil de Brasília que estão lotados ali na Comissão Nacional. Eles só foram pra lá acho que no começo desse ano. Demorou um ano pra que esses pedidos fossem realmente encaminhados e só foram encaminhados, eu creio, iniciou o encaminhamento muito tempo depois, quando a Rosa Cardoso foi coordenadora da Comissão. Até então isso não tinha sido feito, mas nós queremos, no mínimo, que a Comissão da Verdade nos apresente para todos os casos uma análise pericial, porque aí ela vai além do que nós fomos.

Quando nós... Esse tipo de informação que nós temos hoje sobre os casos e que deram origem à aprovação na Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos, é porque o ônus da prova é nosso. Nós tivemos que montar os processos e mostrar à Comissão Especial que aquelas pessoas estavam enquadradas dentre os ditames da lei 9.140, ou seja, que foram mortas em dependências policiais ou assemelhadas e aí se configurava o cerco também, quando a gente conseguiu mostrar. Então, tem que ser reforçado. Agora, independente que a Comissão faça, eu acho que tem que fazer, encaminhar um a um esses pedidos. Nós já fizemos, não sei como é que eles vão conseguir cumprir, porque essa não é uma tarefa simples, ela é uma tarefa demorada.

Outra coisa que eu acho que é importante resgatar um pouco, sempre, é a história da cadeia de desaparecimento dos corpos e de montagem das versões oficiais, que teve no Instituto Médico Legal a sua fonte maior de colaboração. Quando nós entramos no Instituto Médico Legal, lá em 1991, existia um arquivo de fotos. Aí, cada laudo, cada pessoa, tem um número e por esse número você identifica todos os documentos. Então, pela data e pelo número, aí “nos nossos”, como a gente chamava, no arquivo de negativos estava lá escrito “negativo entregue para o DOPS”. Então, nem ao menos os negativos feitos, a maior parte das fotos feitas pelo Instituto Médico Legal, permaneceram nos seus arquivos. Elas foram parar nos arquivos do Romeu Tuma e alguns ele deixou pra gente ver, outros ele levou junto com ele, outras informações...

**A SRA. THAIS BARRETO -** Quando foi mesmo que você foi? Em que ano que você foi?

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Em 1983.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Que nós entramos nos arquivos do DOPS? Foi em 1991. A Vala de Perus abriu em...

**A SRA. AMELINHA TELES -** Logo depois que abriu a vala foi criada, 15 dias depois, a CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito, que era presidida pelo Júlio Caligiuri, nós conversamos com ele lá dentro, falamos: “Para fazer a CPI tem que ter aberto esse arquivo”, e ele e a Luiza Erundina, foi todo aquele movimento... enfim, tem toda uma história ali que não foi fácil.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** A história do IML é interessante, porque nós tivemos...

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** O pessoal, mas o Marlon, ele agora - com esse negócio das ossadas de Perus aí, o último capítulo da novela -, o Marlon diligenciou muito junto a esse povo do IML. Ele teve muito contato. Eu acho que a gente devia pedir alguma ajuda do Ministério Público Federal, não sei se eles não se prestam a... pra gente ver se a gente acessa esses arquivos, sabe? Podia fazer uma “frentona” aí e investir. Desculpa, te interrompi.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Não tem importância.

Nós tivemos na época informação - alguém nos passou a informação, alguém da imprensa - de que os arquivos do Instituto Médico Legal iam ser retirados de lá. Então nós fomos - a Comissão de Familiares, e isso está registrado, eu tenho fotos disso, matéria de jornal... - nós fomos ao Instituto Médico Legal para tentar verificar o que acontecia e, junto com a imprensa, nós lacramos as portas do arquivo, da sala onde estariam os arquivos.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Na Escola de Polícia ou no próprio Instituto?

**A SRA. SUZANA LISBOA -** No Instituto Médico Legal. E aí alguém ali da imprensa tinha o telefone, não tinha celular na época, mas alguém tinha o telefone da mesa do governador Orestes Quércia. Eu liguei para ele e disse: “Nós estamos aqui na frente do IML, lacrando as portas do arquivo, que está sendo destruído”. Enfim, houve...

**A SRA. AMELINHA TELES -** Tem um detalhezinho que você deixou, que o diretor era o José Antônio Melo que assinou - é um médico legista que assinou - o laudo necroscópico do Manoel Fiel Filho, dando como suicídio, sendo que ele foi assassinado sob torturas no DOI-CODI. Aí ele não quis deixar a gente entrar. Foi nessa hora que você ligou pro...

**A SRA. SUZANA LISBOA -** É, ele não nos deixou entrar. Ele era agente e queria que... exatamente por estar ali na direção no IML, a gente imaginou que ele fosse destruir o restante das provas que tinha de documentos e fotos, então, ele não nos deixou entrar. A imprensa registrou esse nosso encontro com ele, que tem fotos disso também, e a gente conseguiu lacrar a porta e ligar para o governador Quércia e ficamos um período ali dentro fazendo pesquisa. Mas foi muito difícil, nós não acabamos de fazer aquela pesquisa.

É uma coisa muito horrorosa, porque a gente ficava vendo álbuns e álbuns de fotos das pessoas vítimas da violência na cidade de São Paulo e acabamos atendendo a população que ia lá. Muitas pessoas que estavam na busca dos seus familiares desaparecidos eram encaminhadas lá para a salinha onde nós estávamos fazendo esse trabalho. Num desprezo total pela população pobre e marginalizada, pelo desespero das famílias. Muitas pessoas a gente atendeu ali porque a gente ficava muito sensibilizado pela busca que eles estavam fazendo.

E nesses anos todos - por isso que causa mais revolta, causou mais revolta a nós a possibilidade que as ossadas de Perus viessem a ser depositadas no IML para o exame de grupo de antropologia forense – o descaso e o desrespeito com que o IML sempre nos tratou, ele nunca nos deu um papel, uma informação, nada. Eles nos tiraram de lá. Os arquivos, numa determinada época, teriam sido transferidos para a Academia de Polícia lá na USP e junto com os arquivos da Polícia Técnica, mas nunca nos deixaram ver.

Eu soube, quando foi feita a visitação por esse grupo daqui de São Paulo, da Secretaria de Direitos Humanos, do Comitê Memória e Verdade, em nome dos familiares estava a Criméia Almeida, a Criméia me disse que existiam pacotes dos arquivos que estariam ali dentro do IML, separados, aguardando... que ela achou que estariam aguardando a perícia, mas ela soube que eles estavam para ser encaminhados para o Arquivo do Estado porque eles iriam ser processados, digitalizados, antes que a gente pudesse ter acesso. Isso, com certeza, se por acaso acontecer, vai ser muito depois da Comissão da Verdade e nós vamos voltar a ser enrolados e não vão nos mostrar.

**O SR. DARCY PASSOS -** Eu lamento, eu tenho um vício profissional de “juridiquês”.

Eu acho que esses ofícios, todos eles, deveriam invocar os fundamentos constitucionais e legais pelos quais se pede. Então, começa na constituição, o artigo 5º, Direitos Fundamentais, inciso 36, alínea B, Direito de Petição. Qualquer pessoa tem direito de requerer, a qualquer órgão público, qualquer informação que lhe interesse, mesmo interesse pessoal. Tá lá nesse artigo.

Então, para evitar - eu não estou dizendo que não haja má vontade, Adriano, a má vontade existe -, mas começa dizendo o seguinte: “Como cidadão, eu já teria direito”. Depois o direito à informação, imagino, tá lá na constituição o *habeas data*. Claro que o *habeas data* para interessado, mas coloca também em suma os fundamentos constitucionais e legais pelos quais se pede. Esse “se pede”, quando você coloca fundamentos constitucionais e legais é meio “se exige”.

Segundo lugar, os ofícios, tanto a área estadual como a federal, Ministério do Exército e área estadual, eu acho que deveriam ser fundamentados também nos artigos do código penal e do código de processo penal, imaginando o possível delito ou provável delito ou certo delito e as suas consequências no código do processo penal. Então vamos, como é a perícia necroscópica? Está no código de processo penal. Como e em que casos se faz a perícia de local? Para colocar uma questão, a pessoa diz: “Não fiz”. Bom, mas se a lei previa, por que não fez? Coloca uma dificuldade para o simples “não”.

Também o código penal militar e o código de processo penal militar, porque, por exemplo, mesmo na versão oficial: “Um jipe foi assaltado por terroristas”, versão oficial, este fato deve estar previsto no código penal militar e as suas consequências estarão no código de processo penal militar. Ou seja, deveria ter sido estabelecido um IPM para apurar este assalto a um veículo, para colocar que não é optativo fazer ou não.

“Nós não fizemos isso, porque não cabia?”, não. Cabe, é recomendável e não foi feito por quê?

No caso da "Folha", eu acho que se deveria colocar também o seguinte: se o caminhão-baú da "Folha" estava lá - e eu contei pelo menos dez tiros aí, não havendo perícia de local, nós e ninguém pode dizer onde foram parar esses tiros - um caminhão-baú, que é um alvo grande, com dez tiros correndo, um tiroteio, se não levou os agentes, sofreu balaços, teve perfurações? Porque estava num local pequeno, nós vimos, onde houve um tiroteio, um caminhão relativamente grande, num tiroteio, sofreu balaços? Para que a "Folha" não possa dizer “não tenho nada que dizer”, para ficar difícil a resposta que gostarão de dar. Eu não estou dizendo que darão a resposta que a gente quer e a verdade, mas para dificultar a omissão e a mentira. Se puder ajudar, até ajudo.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Ah, se puder ajudar seria importantíssimo. Acho que é um bom caminho, é interessante isso. Até fazer uma audiência sobre esse negócio.

**O SR. DARCY PASSOS -** Um dia eu estava esperando a reunião da Comissão, fui na biblioteca e não tem nada sobre a Anistia, a Comissão da Verdade, nada, nada. Aqui, na biblioteca, não achei. Não é que eu não achei comentários, eu não achei os textos das leis.

**A SRA. AMELINHA TELES -** Aqui na Assembleia?

**O SR. DARCY PASSOS -** Na biblioteca da Assembleia.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** O Carlão está lá agora. Bom, Amelinha. Foi boa essa audiência, hein? Se a gente conseguir encaminhar as coisas. Imaginou se a gente fizesse... Outro dia até o Nassif escreveu um texto cobrando isso da gente, que a gente tinha que fazer uma... ele sugeriu - fez um texto bonito – qual seria a participação das empresas jornalísticas no apoio ao Golpe. Esse negócio da "Folha", podia fazer uma coisa séria, sem um efeito... quer dizer sem uma predisposição para desmoralizar, mas fazer uma coisa séria de a gente levantar tudo o que tinha coisa da participação da "Folha", da "Folha da Tarde", aquela coisa toda que o Frei Beto denunciava lá, da redação, daquela época em que o Carlos Brickmann e aquela turma assume a redação da "Folha da Tarde". Acho que podia dá uma coisa que dava resultado, além de emprestar os veículos, acho que dava uma coisa importante aí.

Bom, podemos parar por aqui, então?

Ah, Dr. Darcy, depois se o sr. pudesse falar um pouquinho com o Renan, viu? Podia por o Renan e o Dr. Darcy, pra ele contribuir um pouco, né? Para essa elaboração desses documentos.

Agora eu acho que nós estamos maduros para fazer uma audiência pública na Comissão, junto com a Comissão de Direitos Humanos, para tratar da documentação do IML. Acho que é um momento, momento agora que talvez... a Nacional vai publicar o edital do PNUD hoje? Parece que vai sair. Era bom a gente até dar publicidade se realmente esse edital da contratação dos pesquisadores... acho que a gente deveria oficializar, entendeu, esse negócio? Bom, Suzana e Amelinha, querem fazer as considerações finais?

**A SRA. SUZANA LISBOA –** Só, eu acho que como isso é transmitido via internet e tem uma abrangência maior, as informações têm hoje em dia, fica o apelo para que, se por ventura, alguém que tenha assistido, alguém que tenha alguma informação que queira dar à Comissão da Verdade sobre a morte dos três militantes da ALN, que entre em contato com a Comissão da Verdade. Por gentileza, por favor, pelo resgate da memória deles, desse país, pela verdade e por justiça.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Então, é uma coisa importante, que esse fato ocorreu em 1971, na rua João Moura. Foi conhecido como uma emboscada a um jipe do Exército. Que número era mesmo da rua João Moura?

**A SRA. SUZANA LISBOA -** 2358.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT –** 2358. Que houve um tiroteio, a possível participação de um caminhão-baú da "Folha de São Paulo", onde morreram 3 pessoas, ou no local, ou transportados para a tortura. Mas, o fato é que houve a morte de Manuel José Nunes Mendes de Abreu, Eduardo Antônio da Fonseca, Antônio Sérgio de Matos.

E essas questões do IML que é uma coisa que tinha Isaac Abramovitc na época e toda aquela equipe do Harry Shibata. Amelinha.

**A SRA. AMELINHA TELES -** Bom, eu acho que a audiência de hoje, ela sistematiza e busca caminhos para aprofundar essa pesquisa em busca da verdade, uma vez que esses requerimentos que saem daqui hoje, tanto para o Ministério da Defesa, quanto para a "Folha de São Paulo" e, mesmo para o Instituto Médico Legal e o Instituto de Polícia Científica, Instituto Científico de Polícia, são documentos que vão mobilizar outros setores no aparato do Estado para que colaborem com a construção da verdade que está se trabalhando aqui, né, desde o primeiro dia. Então, eu acho que é extremamente importante essa audiência.

Eu queria fazer o anúncio da audiência de amanhã, acho que a Suzana podia chamar essa audiência de amanhã, porque é a Suzana também que vai fazer o depoimento de três casos, né, amanhã?

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Quais são os casos de amanhã?

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Lauriberto José Reyes, José Idésio Brianezi, José Milton Barbosa.

**A SRA. AMELINHA TELES –** Acho que são esses três e talvez, não...

**A SRA. SUZANA LISBOA -** É, porque tem que deixar alguns pra sexta-feira, né? Então, faz três amanhã e depois a gente vê quais eu apresentaria sexta-feira.

Não sei se apresento junto ou não...

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Não, pode apresentar...

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Junto com o do Lauriberto, o do Voeroes que está sendo organizada uma sessão especial de Anistia a ele. Não sei se aguarda isso ou não.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Não, pode fazer.

**A SRA. AMELINHA TELES -** Pode fazer, porque o dois morreram juntos.

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Ele é morto junto com o Lauriberto, são o Lauriberto e o Voeroes são militantes do Movimento de Libertação Popular. O José Milton Barbosa e o José Idésio Brianezi, militantes da Ação Libertadora Nacional.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT -** Eu queria, então, agradecer. Hoje nós tivemos a participação especial do Dr. Darcy Passos, sempre contribuindo, uma pessoa superimportante para todos nós, super querida; do Danilo Leite, Douglas Mansur, a Thaís Barreto, a Vivian Mendes. Amelinha Teles não, a Amelinha tá na mesa, né? Os outros não tiveram a oportunidade de se manifestar, e agradecer.

A tarde vai continuar essa sessão ou ela para por aqui?

**A SRA. AMELINHA TELES -** Para por aqui.

**O SR. DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT –** Por aqui, né? Tá. Então, queria encaminhar o seguinte, uma audiência pública sobre documentação, com duas vertentes: Arquivo do Estado, que vocês chamam da transferência dos arquivos do DOPS; e IML, Instituto de Criminalística, fazer de uma forma bem feita, organizada, sistemática. Acho até que a gente devia trazer o Arquivo Nacional. Como foi designado um agente político, pelo Ministério da Justiça, o Ivan Neves, pro Arquivo Nacional, devíamos fazer uma audiência com a participação dele, convidar o Ivan Neves para vir a São Paulo, ele mora aqui em São Paulo, mesmo.

Bom, então, nessa semana que antecede os 50 anos do golpe - como disse a Amelinha, hoje ocorreu, há 50 anos, as marchas com Deus pela família e pela propriedade. Aguardamos numa expectativa o que vai ocorrer no sábado, que essas marchas estão sendo convocadas. E para o dia 31 de março, às 10 horas da manhã, a cerimônia da Operação Bandeirantes, lá na Operação Bandeirantes, lá no DOI-CODI, na delegacia. Estaremos lá num ato solene, rememorando todas as vítimas da repressão.

A sessão está encerrada, muito obrigado.

\* \* \*